

ACM Neto sobe o tom e cobra diálogo para liberar ponte Salvador-Itaparica

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), subiu o tom, ontem, e ameaçou barrar o projeto do governo de construir a ponte Salvador e Itaparica. No mesmo dia, a gestão estadual publicou no Diário Oficial o aviso de licitação. O democrata reclamou de não ter, até o momento, nenhum diálogo do governo com a prefeitura.

“Como é que um projeto desse pode ser licitado se a prefeitura de Salvador, que é a principal cidade afetada por essa obra, sequer conhece o

impacto da obra? Como é que vai encaixar na cidade? Como é que o volume de tráfego vai atravessar Salvador cortando o coração da cidade? Isso não vai acontecer por cima da prefeitura. Não há hipótese. Não conheço o projeto. Não tenho nenhum detalhe do projeto. Nunca isso foi tratado com seriedade pelo governo com a prefeitura. E não vai passar por cima da prefeitura. Agora, quando o governo tiver disposto a apresentar o projeto, a mostrar qual o impacto na cidade, será outra coisa”, declarou ACM Neto, em entrevista ontem à imprensa.

O prefeito ainda pôs em dúvida a capacidade do governo de financiar a obra. A administração estadual

tem dito que as obras e os serviços de operação e manutenção deste novo sistema rodoviário vão ser executados por meio de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de concessão patrocinada. “Até o final de novembro, nós faremos o leilão na Bolsa de Valores de São Paulo”, disse o governador Rui Costa (PT) nas redes sociais. Para ACM Neto, há risco de as gerações futuras terem que arcar com o custo da obra.

“Não adianta o governo achar que nós vamos permitir que ele endivide as próximas gerações de baianos. É fácil contratar um projeto agora e colocar toda a conta para deixar para pagar no futuro. Não vamos aceitar isso. Se o



O PREFEITO de Salvador, ACM Neto (DEM), subiu o tom, ontem, e ameaçou barrar o projeto do governo de construir a ponte Salvador-Itaparica

governo tiver condições e saúde financeira para bancar uma obra deste porte e se for compatível com a cidade, o.k. Se não for compatível com a cidade, não está o.k e não vai ter a concordância da prefeitura. E, se o governo não tiver condições de bancar essa obra e quiser que futuras gerações paguem, eu também sou contra”, afirmou o democrata.

Segundo o governo, a ponte Salvador-Itaparica

terá 12,4 km de extensão e integrará o Sistema Viário do Oeste (SVO) e, de acordo com a gestão estadual, beneficiará 10 milhões de pessoas, que vivem em cerca de 250 municípios da Bahia. Com a construção da ponte e demais intervenções viárias do projeto, o governo informou que a Ilha de Itaparica, o sul do Recôncavo e o território do Baixo Sul “terão o crescimento socioeconômico estimulado, como ocorreu

no Litoral Norte após a construção da Estrada do Coco e da Linha Verde”.

VLT – A ponte não é o único projeto do governo que ACM Neto tem criticado. No mês passado, o prefeito também afirmou desconhecer a proposta do Veículo Leve de Transporte (VLT), que será construído pelo governo do Estado no Subúrbio da capital baiana. O democrata sugeriu que só concederia isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) para a obra após o governador Rui Costa apresentar a proposta do modal para o Executivo municipal.

“Acho que o governador tem que conversar com a Prefeitura sobre o assunto. Claro que a palavra final é da Câmara Municipal, mas a autoria de uma eventual isenção cabe ao Poder Municipal. Isso nunca foi tratado com a gente. Não sabemos como esse projeto vai se encaixar na cidade, o plano de execução das obras, como vai ser a integração ao sistema de transporte. Precisamos saber. Sou favorável ao VLT. Acho bom que aconteça, mas eu preciso conhecer o projeto do ponto de vista técnico”, declarou ACM Neto.

RESPOSTA IMEDIATA

Leão diz que está aberto para conversar com a prefeitura

JOÃO LEÃO afirmou que está disposto a se reunir com o prefeito ACM Neto (DEM) e detalhar o projeto da ponte Salvador-Itaparica



GUILHERME REIS
SUBEDITOR

O vice-governador da Bahia e secretário de Desenvolvimento Econômico, João Leão (PP), afirmou à Tribuna na noite de ontem que está disposto a se reunir com o prefeito ACM Neto (DEM) e detalhar o projeto da Ponte Salvador-Itaparica. Segundo o pevista, a nova estrutura não causará qualquer impacto na cidade, direcionando o fluxo de veículos para a BR-324, próximo à Via Expressa. “Ninguém quer passar por cima de ninguém. A gente tem tempo ainda de discutir. Se não tiver acordo, vamos para o próximo prefeito. Se ele [ACM Neto] quiser sentar,

terei muito prazer em fazer explanação. Não terá impacto nenhum em Salvador. Quando o governo construiu a Via Expressa, já foi baseado na ponte”, disse Leão, acrescentando que a ponte “vai melhorar o fluxo em Salvador”.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de ontem o aviso de licitação da Ponte Salvador - Itaparica. De acordo com a publicação - disponível na área do DOE destinada exclusivamente a licitações - as obras e os serviços de operação e manutenção deste novo sistema rodoviário vão ser executados por meio de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade de concessão patrocinada.

O edital da concorrência

pública e seus anexos poderão ser obtidos, a partir do próximo dia 23, no site da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra), pelo site infraestrutura.ba.gov.br, no menu Editais. Os interessados poderão obter informações através do telefone (71) 3115-2174. “Até o final de novembro, nós faremos o leilão na Bolsa de Valores de São Paulo”, disse o governador durante a live nas redes sociais na noite de ontem.

A ponte Salvador-Itaparica terá 12,4 quilômetros de extensão e integrará o Sistema Viário do Oeste (SVO), que beneficiará dez milhões de pessoas, que vivem em cerca de 250 municípios da Bahia. Com a construção da ponte e de-

mais intervenções viárias do projeto, a Ilha de Itaparica, o sul do Recôncavo e o território do Baixo Sul terão o crescimento socioeconômico estimulado, como ocorreu no Litoral Norte após a construção da Estrada do Coco e da Linha Verde.

O plano de desenvolvimento prevê o estímulo a nove setores: educação, saúde, segurança pública, logística, indústria naval, turismo, agricultura, comércio e construção civil. Em 30 anos, a expectativa é que o crescimento dessas atividades crie 100 mil novos postos de trabalho. A ponte Salvador-Ilha de Itaparica será a segunda maior da América Latina e ocupará a 23ª posição no ranking mundial de pontes.

Jerônimo Rodrigues discute rumos da Educação com secretários estaduais

DA REDAÇÃO

O secretário de Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues, participou, ontem, em Goiânia/GO, da terceira reunião ordinária do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), que contou, na abertura, com a presença do governador de Goiás, Ronaldo Caiado. O objetivo do encontro foi discutir uma agenda comum de aprendizagem, puxando para temas de interesse da Educação em todo o país. Tanto é que na primeira parte do evento foi realizado um painel com o tema “O papel dos entes federados no cenário nacional”, que contou com a participação do professor Luiz Antônio Lozi, ex-secretário executivo do Ministério da Educação (MEC); do jornalista Antônio Goes; e do cientista social Carlos Melo. Em seguida os secretários iniciaram as discussões sobre os avanços e desafios da educação brasileira.

Entre as questões abordadas no encontro, destacam-se a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a construção dos currículos do Novo Ensino Médio. Também foi retomada a discussão sobre a reestruturação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Os secretários estaduais construiram sugestões para entregar aos relatores das propostas de emenda à constituição que tramitam no Congresso Nacional sobre o FUNDEB. Dois consensos já existentes são o caráter permanente que o fundo deve adquirir e a complementação de 40% da União.

O secretário Jerônimo Rodrigues falou sobre a importância desta agenda do CONSED. “Acho fundamental esta persistência nossa em estar se encontrando periodicamente para fazer um balanço dos grupos de trabalho que o CONDED criou e que vêm construindo propostas dos diversos temas. Neste encontro teve um momento especial com

três especialistas que nos trouxeram um espaço de provocação sobre o quadro da conjuntura política nacional”, afirmou. Neste contexto, Jerônimo destacou como fundamental o alinhamento entre os secretários



JERÔNIMO RODRIGUES participou, ontem, em Goiânia/GO, da terceira reunião ordinária do Conselho Nacional de Secretários de Educação

para encaminhamentos conjuntos junto ao Governo Federal. “O CONSED não tem um partido e não pode ter, mas discutimos as políticas de Educação. O Governo Federal ainda não apresentou sua posição sobre políticas públicas educacionais de forma mais delineada. Por isso, precisamos enfrentar a situação do debate com o Governo Federal, não no sentido partidário, mas conscientes de que já apresentamos uma pauta desde o início do ano e não obtivemos respostas claras. E estas informações são fundamentais para que possamos, inclusive, dialogar dentro do nosso Estado com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação”, afirmou. Para a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação e secretária do Mato Grosso do Sul, Cecília Motta, o maior desafio deste ano e dos próximos é a adequação dos currículos do novo Ensino Médio, que passou a ser por área de conhecimento.

Para Alcolumbre, bancar a eleição municipal em 5.570 municípios com o mesmo valor da eleição presidencial é “desproporcional”. O projeto do fundo eleitoral está de volta à Câmara. Em 2018, o fundo eleitoral teve valor determinado por, no mínimo, 30% das emendas de bancadas estaduais, além da compensação fiscal de propaganda partidária na TV e rádios. A proposta deixa o montante indefinido com um valor a ser determinado pela Lei Orçamentária Anual (LOA)- possibilitando, assim, que a quantia ultrapassasse os valores utilizados no pleito anterior.

Alcolumbre defende maior fundo eleitoral na próxima eleição



DANIEL WETERMAN
ESTADÃO CONTEÚDO

O PRESIDENTE do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), defendeu um valor maior para as eleições municipais do ano que vem

Um dia após o Senado ter votado um projeto com o compromisso de não engordar o fundo eleitoral, o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), defendeu um valor maior para as eleições municipais do ano que vem. Na terça-feira, 17, o Senado deu aval a um projeto que abre margem para que a quantia a ser usada por partidos para as eleições de 2020 ultrapasse o montante utilizado no pleito de 2018, ou seja, R\$ 1,7 bilhão. O presidente do Senado negou que tenha havido um acordo para que o valor do fundo eleitoral no ano que vem seja o mes-

mo de 2018. Ele declarou que isso foi uma “manifestação política” feita por senadores ao votar o projeto e revelou que, em reunião de líderes partidários, se posicionou contra manter o fundo com a mesma quantidade de recursos. “Não é assim, um acordo. Há uma manifestação dos senadores em manter o orçamento que foi utilizado na eleição passada, mesmo eu me posicionando contrário em relação a isso, pessoalmente.”

Ontem, Alcolumbre declarou que “achava” que o Congresso iria manter o fundo eleitoral com o mesmo valor de 2018. Ontem, porém, ele declarou que, sem um fundo com valor suficiente, aumentam as

possibilidades de campanhas com gastos ilegais. “Eu não defendendo nada, eu defendo coerência porque, se os vereadores e prefeitos não tiverem o apoio do partido necessário para fazer campanha com responsabilidade, a gente acaba criando um caminho para as pessoas não trabalharem ou agirem nas suas campanhas

dentro da legislação porque você não vai dar condições para ele disputar”, declarou.

Para Alcolumbre, bancar a eleição municipal em 5.570 municípios com o mesmo valor da eleição presidencial é “desproporcional”. O projeto do fundo eleitoral está de volta à Câmara. Em 2018, o fundo eleitoral teve valor determinado por, no mínimo, 30% das emendas de bancadas estaduais, além da compensação fiscal de propaganda partidária na TV e rádios. A proposta deixa o montante indefinido com um valor a ser determinado pela Lei Orçamentária Anual (LOA)- possibilitando, assim, que a quantia ultrapassasse os valores utilizados no pleito anterior.

VERBAS

Presidente do Senado defendeu um valor maior para as eleições do ano que vem.